



Primo Levi O passado está sempre à nossa frente

Escreveu sobre a sua experiência em Auschwitz quando o mundo ficava calado. E o papel de testemunha construiu-o como escritor. Químico de profissão, deixou uma obra heterogênea e vasta, com um último livro que alerta para o perigo de tudo se vir a repetir. O autor de "Se Isto é um Homem" nasceu há cem anos

TEXTO
LUCIANA
LEIDERFARB



VIAGEM Primo Levi fotografado a andar de bicicleta em Como, em julho de 1940, aos 21 anos. Nessa altura, era ainda estudante na Universidade de Turim

ntre os pesadelos que assaltaram Primo Levi durante os onze meses passados em Auschwitz, havia um especialmente aterrorizador. O de voltar a casa, contar o que aconteceu e ninguém acreditar. Nessas noites de sono que ele próprio descreveu como “um dormir de escravos”, a certeza do sofrimento físico ou a ideia da morte eram menos assustadoras do que a hipótese de não validação da sua história. Por isso, em 1947, quando a grande maioria dos sobreviventes se remetia ao silêncio, aos 27 anos, Levi escreveu “Se Isto é um Homem”. Escreveu-o febril e objetivamente, respeitando — dirá mais tarde o também autor Philip Roth — o modelo do “relatório semanal usado nas fábricas”: conciso, preciso e forjado “numa linguagem que todos possam compreender”.

O pesadelo não se concretizou. Levi saiu, relatou a experiência de deportado, vivida com “a curiosidade do naturalista que se descobre transplantado para um ambiente monstruosamente novo”. E nunca parou de o fazer. Até hoje, o ano do centenário do seu nascimento, a voz da testemunha dominou a do romancista, construiu-o como escritor. “A aventura de Auschwitz não me destruiu nem física nem mentalmente, não destruiu a minha família, não me privou de uma pátria, de uma casa, de um trabalho. Antes, ofereceu-me um segundo ofício, porque provavelmente eu nada teria escrito se não tivesse tido algo sobre o qual escrever”, confessou em 1982 numa entrevista à televisão italiana RAI. Ao exercer a segunda vocação, projetou sobre nós não apenas a sombra dos factos vistos, tocados e ouvidos — “falo só do que vi com os meus olhos” —, mas também a sombra mais vasta, corrosiva e incontrolável do futuro num mundo onde Auschwitz foi possível. Não é por isso surpreendente que o primeiro livro, cru e descritivo, anuncie no prefácio a intenção de “fornecer documentos para o estudo sereno de alguns aspetos da alma humana”, pelo meio formulando a tese, para sempre defendida, de que aquele é um lugar do qual não se sai: “Não temos regresso. Ninguém deve sair daqui, pois poderia levar para o mundo, juntamente com a marca gravada na carne, a terrível notícia do que, em Auschwitz, o homem teve coragem de fazer ao homem.”

A marca era de tal forma indelével que, em 1986, Levi se viu de novo impelido a escrever sobre o tema, num último volume intitulado “Os que Sucumbem e os que se Salvam”. Assim, 40 anos depois de Auschwitz, fechava o círculo da sua obsessão para a analisar e aprofundar. Para “reordenar, colocar ordem num mundo caótico”, como disse a Roberto di Caro no início de 1987, meses antes de se suicidar. Para enfrentar o revisionismo e as distorções da história, que ele ainda chegou a presenciar; para que o olhar retrospectivo sobre o passado não o amenizasse, para formular a pergunta que nunca o abandonou: se voltaremos ou não, se assistiremos a um retorno a Auschwitz, se a ameaça existe e de que forma, sob quais disfarces, em que escala, e onde, e até quando. Primo Levi, o químico que nunca deixou de o ser, observou aquilo que, por decantação, o tempo havia separado. E não pôde virar os olhos ao facto de a grande massa de homens anónimos, os 95% dos que formavam

o nervo dos campos, ter representado a “minoría exígua” dos sobreviventes; ao facto de a história ter sido escrita por quem constituiu uma exceção. “Fui salvo pelo meu ofício”, constatou em 1985 a Germaine Greer, da revista “The Literary Review”. “Era um caso insólito, um trabalhador especializado. Toda a história das pessoas que sobreviveram escapa à norma geral. Cada sobrevivente representa uma exceção, um milagre, alguém com um destino especial.”

E porque a intenção de Levi foi sempre a de “ir ao fundo” das questões, este caminho conduziu-o ao estudo mais incómodo da “zona cinzenta” dos prisioneiros colaboracionistas e privilegiados, da “classe híbrida” dos prisioneiros-funcionários de que se se alimentou o nacional-socialismo. Numa investigação sobre o “microcosmos intrincado e estratificado do Lager”, só uma grosseira — e pacificadora — simplificação poderia não considerar complexo o edifício da culpa. O mundo que se

desenhava mostrava-lhe a urgência desta leitura, que nunca lhe passara despercebida, mas que agora, em 1986, se lhe impunha como uma evidência. “São muitos os sinais que indicam ter chegado o tempo de explorar o espaço que separa as vítimas dos perpetradores”, regista Primo Levi, afirmando ser absurdo que um sistema infernal como o do Lager funcionasse sem essas várias camadas de degradação moral, e sem que as próprias vítimas fossem a ele assimiladas. E é nesta última análise sobre a suprema desumanização do humano, sobre o que acontece ao homem quando, para se salvar, cede a sua humanidade, que a atualidade de Levi pode ser encontrada.

“As vítimas não são fiáveis só pelo facto de o serem. Ele teve a coragem de falar sobre o fenómeno do colaboracionismo, embora sem o julgar. A responsabilidade recai, em Auschwitz como em qualquer outro lugar, na estrutura do regime totalitário que põe a funcionar a máquina da escravatura.

PROPRIEDADE DA FAMÍLIA LEVI



LUGARES O escritor em 1941, na casa da família materna, em Piosasco, Turim. Em baixo, Levi à secretária no seu laboratório, na fábrica de tintas Siva, em 1952

Na antropologia de Levi, não há papéis definidos”, explica ao Expresso Ernesto Ferrero, romancista e ex-diretor literário da editora Einaudi, que o conheceu nos anos 60. “Estamos na zona intermédia entre os que comandam e os que são subjugados, onde o desaparecimento do sentido moral induz à aceitação do pior. Levi estuda o comportamento dos oprimidos e trabalha como o homem que é, conhece as suas limitações e fraquezas, mas não as converte em objeto de condenação moral”, continua. Distinguindo claramente o opressor da sua vítima — a segunda deve ser “compadecida e ajudada” e o primeiro “castigado” — o autor sabe que um prisioneiro está longe de ser a testemunha ideal, embora não por culpa própria. Sabe que quem esteve, como ele, em Auschwitz-Monowitz, também conhecido como Buna, um campo de trabalho às ordens da IG Farben para a produção de borracha sintética, tem lacunas quanto ao funcionamento de Birkenau, onde jaziam os crematórios. “Eles desconheciam onde estavam, onde estavam os outros prisioneiros, para quem trabalhavam e porquê. Tinham os olhos fixos no chão, à procura de alguma coisa para trocar ou comer”, afiança Ferrero. Em “A Trégua”, de 1963, Levi conta a longa viagem de regresso a Itália a seguir à guerra e narra como só depois da libertação do campo pelos russos percebeu até que ponto Monowitz, a sete quilómetros de Auschwitz I, não passava de uma aldeia numa “metrópole” com outros dois enormes campos principais e 45 subcampos-satélites.

Foi na década 60 que Primo Levi começou a levar o seu testemunho às escolas. Em 1976, a reedição de “Se Isto é um Homem” incluiu um apêndice dedicado às perguntas mais frequentes dos estudantes. Mas se até agora se permitira escrever apenas nas horas vagas — um “não-ofício” noturno ou um modo particular de tirar férias da profissão de químico —, a reforma motivou a transformação de Levi no escritor a tempo inteiro que sempre recusara ser. Desde este novo lugar, ambos os ofícios eram percebidos como complementares: “Exteriormente, a química deu-me os meios

“A aventura de Auschwitz não me destruiu nem física nem mentalmente. Antes, ofereceu-me um segundo ofício”, disse em 1982 à televisão italiana

para viver. Interiormente, ensinou-me a escrever de uma certa maneira. Sinto o ofício de escritor como um serviço público que deve funcionar. O livro deve ser um telefone que funciona”, disse em 1982. Antes de sequer pensar em redigir “Se Isto é um Homem”, o seu primeiro relato sobre Auschwitz surgiu no campo de trânsito de Katowice, onde trabalhou alguns meses como enfermeiro antes do repatriamento. Feito a pedido dos russos, o texto recebeu o título seco de “Relatório sobre as condições higiénico-sanitárias do campo de concentração de Monowitz”.

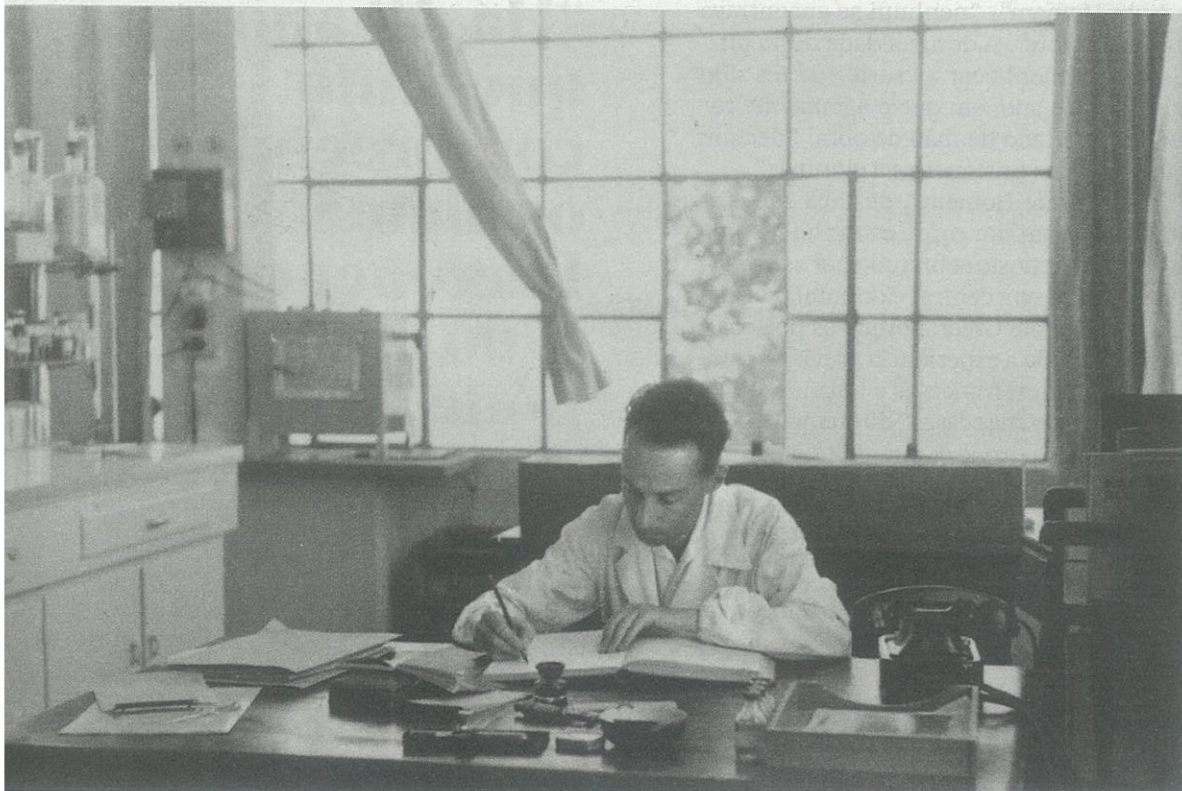
Após a reforma, Levi desdobra-se em entrevistas e aceita o diálogo com todo o tipo de interlocutores, não escondendo um certo pessimismo ou a noção de que, poucas décadas após o Holocausto, este passou rapidamente de acontecimento sofrido

e silenciado para episódio ultrapassado e esquecido. “Não vale a pena escamotear que durante 50 anos a Europa não quis olhar para o extermínio ocorrido na II Guerra Mundial. Isto significa que só há 30 anos que falamos dele, saltou-se uma geração. Os filhos dos protagonistas quase não estiveram envolvidos numa reflexão sobre a tragédia dos pais”, comenta Fabio Levi, diretor do Centro Internacional de Estudos Primo Levi, numa recente visita a Lisboa. Ao Expresso, este professor de história contemporânea na Universidade de Turim concede que tanto o tabu como o esquecimento determinaram que o autor se concentrasse no “homem normal”, no ser humano “que todos nós somos”. “Ele disse que, sendo o *Lager* um lugar monstruoso, ali não havia monstros. Que não encontrou monstros, mas pessoas comuns, como você e como eu, que sob certas condições cometeram delitos terríveis. Todos somos potencialmente capazes de comportar-nos daquele modo”, sublinha o investigador.

E Primo Levi repete-o, ao longo de décadas, de várias maneiras. Di-lo ao jornalista Virgilio Lo Presti em 1979, ao afirmar que o *Lager* é a versão extrema da sociedade, e não o contrário desta. “Tenho um medo teórico ao retorno da barbárie”, admite, falando de um cenário que, sendo “imprevisível e inimaginável”, e contra toda a lógica, na mesma teve lugar. Di-lo também em 1982, quando traduz para o italiano “O Processo”, de Franz Kafka, e nele encontra “uma sensibilidade quase animal, como uma serpente que prevê um terramoto”. O contacto com este livro “patogénico” mergulha-o em seis meses de profunda depressão, por descrever como “cada um de nós pode ser julgado e condenado e executado, sem jamais saber a razão”. Continua a dizê-lo em 1986, no seu último livro, correndo o risco do anacronismo e da indiferença: “Além da nossa experiência individual, fomos coletivamente testemunhos de um acontecimento fundamental e inesperado. Ocorreu contra todas as previsões: incrivelmente, na Europa, aconteceu que um povo inteiro civilizado, saído do fervilhante florescimento cultural de Weimar, seguisse um ator cuja figura hoje causa riso; e, no entanto, Adolf Hitler foi obedecido e louvado até à data da sua catástrofe. Aconteceu e, por isso, pode voltar a acontecer: isto é a essência do que temos para dizer.”

O que Levi reconhece é uma estrutura capaz de ser reproduzida, replicada e adaptada: a estrutura totalitária. “A pressão que um Estado totalitário moderno pode exercer sobre o indivíduo é pavorosa. Tem três armas fundamentais: a propaganda, a barreira que impede a pluralidade de informações, e o terror”, escreve. Na década de 80, declara que o genocídio do Camboja, no qual um terço de um povo foi sacrificado a um ideal fanático, “remete pavorosamente” para o que se passou na Alemanha. Coloca o foco nos *gulags* soviéticos, na guerra do Vietname e nas ditaduras sul-americanas. Ou mesmo em Israel, que criticou em diversas oportunidades, em especial durante a invasão do Líbano, altura em que publicamente se ergueu a favor da demissão do então primeiro-ministro israelita, Menachem Begin. “Suspendamos o impulso de

DO FILME “L'INTERROGATORIO. QUEL GIORNO CON PRIMO LEVI”



solidariedade emocional em relação a Israel para pensar friamente nos erros dos seus atuais governantes”, exortou no jornal “La Repubblica”, em 1982. Tal não o impediu de, mais tarde, dizer a Germaine Greer que ele, judeu italiano, judeu do Piemonte — judeu com uma pátria que não o renegava —, percebeu no *Lager* o sentido do sionismo e da fundação de Israel: “A minha pátria é o Piemonte. Mas as primeiras pessoas que foram viver para Israel não tinham uma pátria como a minha. Eram polacos, russos, romenos aos quais não era mais concedido o direito de considerarem como pátria os países onde viviam. Os pogroms continuaram depois da guerra. E alguns dos que haviam miraculosamente sobrevivido ao Holocausto morreram durante os pogroms do pós-guerra.”

Primo Levi nasceu em Turim, a 31 de julho de 1919. Trabalhou durante trinta anos como químico na Siva, uma fábrica de tintas situada a escassos quilómetros da cidade, que chegou a dirigir. “Fabricávamos revestimentos isolantes para condutores elétricos de cobre. No auge da minha carreira, estive entre os 30 ou 40 especialistas do mundo nesse ramo”, contou em 1986 a Philip Roth, quando este o entrevistou em Turim para “The New York Times”. Na altura, falou no papel essencial que o trabalho desempenhou na sua vida, e que não esteve separado da experiência na Buna: “Em Auschwitz, observei muitas vezes um fenómeno curioso. A necessidade do trabalho bem feito é tão forte que induz as pessoas a desempenharem corretamente mesmo um trabalho escravo. O pedreiro italiano que me salvou a vida, trazendo-me comida às escondidas durante seis meses, odiava os alemães, a comida, a língua, a guerra deles; porém, quando o puseram a erguer paredes, construiu-as firmes e sólidas, não por obediência, mas por dignidade profissional.”

Em conversa com Roth, Levi reconheceu que as leis raciais de Mussolini contribuíram para desenvolver uma timidez “dolorosa e pesada” — especialmente em relação às mulheres, pois a circuncisão era vista pelos colegas católicos como uma “castração” —, que passou pelo internamento em Auschwitz “num estado de espírito excepcionalmente vivo” e que a viagem de regresso a Turim foi uma trégua, um “parêntesis de disponibilidade ilimitada”. “O destino resolveu que eu devia encontrar a aventura na terrível desordem de uma Europa varrida pela guerra”, confessou no escritório onde guardava tesouros como as esculturas que fazia em arame, o velho sofá florido, a máquina de escrever ou os cadernos e livros em italiano, inglês e alemão. Roth sublinhava o facto de Levi, à exceção dos anos da guerra, pouco se ter movido do local de pertença familiar há gerações. De ainda habitar o prédio onde veio ao mundo, na companhia da mulher Lucia e da mãe de 91 anos. E de manter um contacto diário com os filhos Renzo e Lisa, um físico e uma botânica, que residiam a curta distância dos pais. “Levi é baixinho e vivo, e parece ser tão ágil como deve ter sido aos dez anos. No seu corpo e rosto vê-se — como não se vê na maioria dos homens — o rapaz que ele foi. A sua atenção é quase palpável, a intensidade a estremecer dentro dele como uma luz de presença.

Não é surpreendente perceber que os escritores se dividem, como o resto da raça humana, em duas categorias: os que ouvem e os que não. Levi ouve, e com a cara inteira”, notaria Philip Roth.

Filho de um engenheiro culto que tocava piano forte, lia Kant em alemão e trauteava melodias de Offenbach — como Levi relatou à RAI na década de 80 —, dele herdou a curiosidade e a capacidade de pensar “fora do seu próprio campo”. “Éramos muito diferentes. Ele era uma excelente pessoa. Deixou-me uma biblioteca, o amor pelos livros e uma certa tensão de espírito graças à qual começou a estudar inglês aos 64 anos, além de uma inclinação para os ‘porquês’”, comentou. Em 1934, frequenta um liceu de pendor antifascista, onde Cesare Pavese era professor. É um aluno médio, mais interessado em biologia do que em História, apaixonado pelo montanhismo, “substancialmente um romântico” e nada religioso. “A sua era uma família judia perfeitamente integrada no tecido civil de Turim, de média burguesia, boa cultura e predisposição para o estudo científico. Levi gozou da educação comum para alguém de boas famílias, mas nada poderia fazer pensar num destino excepcional”, diz ao Expresso o jornalista e crítico Giovanni Tesio, a quem em 1987 o escritor concedeu a última entrevista.

Decidido a estudar química, Levi ingressa na Universidade de Turim. Nesse tempo, ele e os amigos percebem as primeiras leis raciais como “enviadas por Deus”, por reduzirem “ao absurdo a estupidéz do fascismo”. À graduação com nota máxima — lado a lado com a inscrição ‘de raça judia’ — seguem-se empregos na profissão: um a isolar níquel, outro a pesquisar remédios contra a diabetes. Porém, em 1943, com a queda de Mussolini, as forças alemãs ocupam o norte e o centro de Itália. Levi junta-se à resistência no Valle d’Aosta, a noroeste de Turim, mas é preso e levado para o campo de concentração de Fossoli. Em fevereiro de 1944, os alemães deportam os prisioneiros para Auschwitz, onde chegam após cinco dias de uma viagem indigesta em doze vagões carregando 650 judeus de todas as idades. Entre estes, apenas 96 homens e 29 mulheres entraram em Monowitz e em Birkenau; dos restantes 500, adianta Levi em “Se Isto é um Homem”, “nenhum se encontrava vivo dois dias depois”. A desigualdade desta proporção levou-o a reconhecer a “sorte” de ter sido deportado naquele ano, em que o agonizante regime nazi, necessitado de mão de obra, “decidiu prolongar a vida dos prisioneiros a eliminar”.

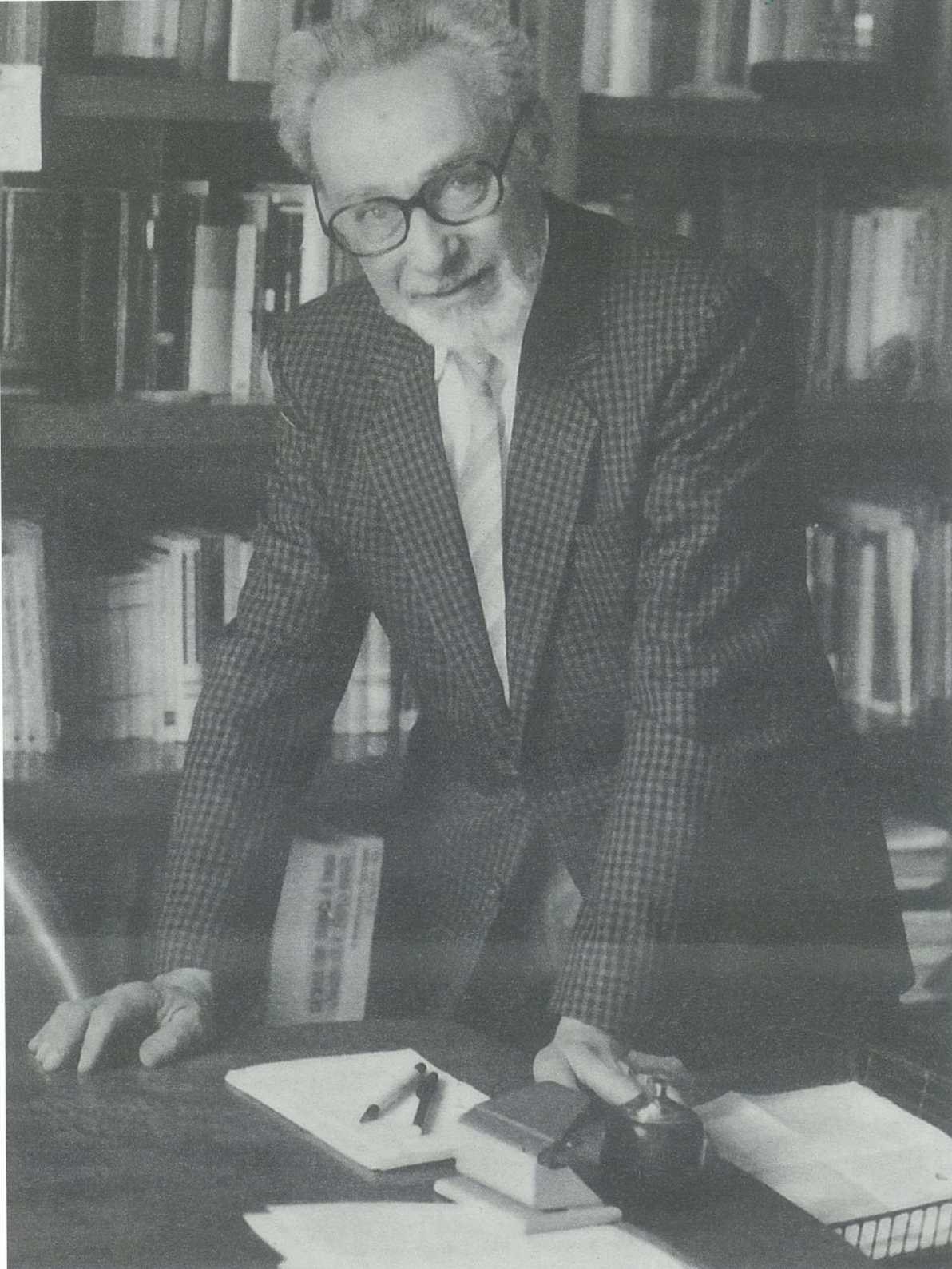
Em “Se Isto é um Homem”, destaca como os judeus italianos eram um corpo estranho no universo do *Lager*, composto sobretudo por asquenazes oriundos da Europa central e oriental. Por um lado, diria a Germaine Greer, porque os polacos e os russos tinham tido a experiência prévia do gueto, enquanto italianos, franceses e holandeses foram “arrancados das suas casas” diretamente para o campo. Por outro, porque os judeus italianos não falavam iídiche, o que representava um fator de exclusão e os tornava “mais nus do que ovos sem casca”. O historiador Fabio Levi recorda uma passagem do livro “A Trégua”, onde Levi, prisioneiro nº 174517, descreve o encontro, na estação de

Ternopol, com duas raparigas judias que duvidaram da sua origem por não conseguir comunicar em iídiche. “Os judeus italianos eram os últimos elos da cadeia. No caso de Levi, isto representou um estímulo estudar o mundo judaico asquenaze e a língua nele falada, o que lhe valeu críticas dos Estados Unidos, onde os imigrantes judeus da Europa oriental olhavam com um certo desprezo para a ‘ousadia’ deste judeu italiano que pretendia contar a vida e o mundo deles”, frisa Fabio Levi.

Com efeito, em 1981, Primo Levi lançou-se a escrever o único livro que classificaria de romance ou ficção. Paradoxalmente, aconteceu-lhe pela primeira vez sentir que as personagens estavam vivas, a rodeá-lo, a sugerirem-lhe ações e frases. E ainda que a temática o obrigasse a mergulhar num judaísmo para ele desconhecido, a redação de “Se não agora, quando?” foi feliz e libertadora. O livro narra a história de um grupo de judeus que, em 1943, separando-se do Exército Vermelho na Bielorrússia, atravessa a Polónia e a Alemanha em direção à Itália. “A nova geração de judeus nascida em Israel recriminava a geração anterior por se ter deixado massacrar sem resistência. Trata-se de uma afirmação profundamente anti-histórica. Estive em Auschwitz, posso dizer que a resistência armada era impossível: resistir era sobreviver. Com este livro, quis demonstrar que, onde foi possível, existiu uma resistência especificamente judaica”, explicou a Barbara Kleiner, em 1986.

Ele, que se sentia mais italiano do que judeu, que antes de Hitler “não passava de um rapaz burguês italiano”, e cujo judaísmo lhe foi imposto pela perseguição e a discriminação, deteve-se a refletir sobre a sua condição. A mesma que o levou a tentar compreender o povo alemão, desconstruindo a noção tantas vezes defendida de que tal atitude se confunde com o perdão: “Há 40 anos que estou numa viagem para compreender os alemães. Perceber como tudo aquilo pôde acontecer é um objetivo de vida.” Tentou-o com todas as forças, sem chegar a uma conclusão. Admitiu no último livro que, se um dia pensou ter escrito “Se Isto é

“Há 40 anos que tento compreender os alemães. Perceber como tudo aquilo pôde acontecer é um objetivo de vida”, admitiu Levi



PROPRIEDADE DA FAMÍLIA LEVI

um Homem” para os italianos, a tradução do relato para a língua alemã, em inícios da década de 60, o fez mudar de opinião. “Os verdadeiros destinatários, aqueles para quem o livro apontava como uma arma, eram eles, os alemães”, lê-se perto do fim. “A vingança não me interessava. A mim correspondia-me entender, compreender, não a mão-cheia dos grandes culpados, mas os outros, o povo, a quem tinha visto de perto, àqueles entre os quais a SS recrutava os militantes (...). Quase todos, embora não todos, tinham sido surdos, cegos e mudos: uma massa de ‘inválidos’ em torno de um núcleo de feras.”

Homem que não se comovia facilmente, muitas vezes abordou o tema do perdão. “Os meus amigos alemães dizem-me que sou alguém que perdoa — *Ein Verzeiher*. Eu não me vejo como tal; perante a culpa pelos atos cometidos contra os judeus da Europa, sinto uma grande necessidade de justiça. Por isso, o meu perdão consiste nisto: em

desejar que os culpados sejam punidos. Fiquei satisfeito quando [Adolf] Eichmann foi capturado, e também durante o processo de Nuremberga. Devo confessar que, embora eu seja contra a pena de morte, só nestes casos esta não me oprimiu. O perdão porque sim, o perdão perante o culpado que não se arrepende, não o aceito”, esclareceu em 1982 a Dina Luce, a quem reconheceu, sob risco de “parecer cínico”, que deveu a Auschwitz “uma grande quantidade de experiência”. E se os livros lhe deram a hipótese de a contar abundantemente, Primo Levi também escreveu sobre outros temas. Sobre as raízes piemontesas, de dialeto próprio, ou as afinidades literárias — Joseph Conrad, Thomas Mann, Scholem Aleichem, Paul Celan, Philip Roth; sobre química, o mundo animal, a natureza, a linguagem. Além das edições que contêm as suas conversas e entrevistas, publicou 15 livros, traduzidos para 40 idiomas. Estes incluem poesia, contos e ensaios, a maior parte escrita naquele género

híbrido e testemunhal que o converte num autor pouco permeável a rótulos. “Se Isto é um Homem” surgiu em 1947, aceite por uma pequena editora, De Silva, com uma tiragem de 2500 exemplares. Em 1958, a famosa Einaudi, que primeiro o tinha rejeitado, fez uma nova edição da obra, convertendo-se na casa que o publicaria até ao fim. Em Portugal, os seus livros têm sido reeditados pela Dom Quixote.

A 11 de janeiro de 1945, Primo Levi acordou com escarlatina. Foi internado na enfermaria do campo e poupado à marcha da morte a que os companheiros foram forçados para o esvaziar, a maioria morrendo pelo caminho. Tratou-se de mais um episódio em que o escritor se sentiu “poupado”, mais uma exceção que determinou a sua sobrevivência. Mais um elemento que o tornou, no meio do horror, um privilegiado. Voltou duas vezes na sua vida a Auschwitz, em 1965 e em 1982. Nos meses iniciais de 1987, deu uma longa entrevista a Giovanni Tesio, que a pedido da viúva só foi publicada 29 anos depois, em 2016, num volume intitulado “Io che vi parlo”. Levi encontrava-se “num momento de particular dificuldade e de forte depressão”, revela o jornalista ao Expresso, e as conversas cessaram antes de se abordar a deportação, interrompidas por uma cirurgia a que o autor teve de submeter-se. Também em janeiro, pronunciou-se no jornal “La Stampa” sobre “a atual polémica na Alemanha entre os que banalizam os massacres nazis e os que admitem a sua singularidade”. Em junho, Primo Levi suicidou-se na sua casa em Turim, a mesma onde sempre vivera. “Enfrento com dificuldade o tema da morte de Levi. Estou convencido de que, se aconteceu, o suicídio terá ocorrido por impulso imediato e não por premeditação. As razões podem ter sido muitas: hereditárias (o avô paterno também o cometeu), ligadas à experiência no *Lager*, à sensação de vergonha e de culpa, à depressão, ao cansaço; razões imperscrutáveis agora, que o pudor e a discrição proibem de indagar”, comenta Tesio.

O pensamento de Levi, diz ainda, “aprofundou-se com o tempo e tornou-se cada vez mais complexo”, ao ponto de o derradeiro livro ser “um documento extremo”. Talvez não seja por acaso que ali, na análise dos que sucumbem e dos que se salvam, o escritor recorde o seu amigo Alberto D., italiano como ele, com quem atravessou o ano infernal de Auschwitz e que desapareceu durante a evacuação do campo, em janeiro de 1945. De regresso a Itália, Levi sentiu o dever de contar à família deste aquilo que se passara. Mas, mal começou o relato, a mãe de Alberto interrompeu-o. Assegurou-lhe que já sabia tudo, e o que ‘sabia’ era que o filho conseguira afastar-se da marcha sem ser assassinado. Que se escondera num bosque e fora salvo pelos russos. Na segunda visita, a verdade tinha sofrido alterações. A mãe do amigo alegava que este perdera a memória e não se lembrava do próprio nome, mas “estava a melhorar”. Alberto D. nunca voltou. E Levi ouviu a dolorosa versão, presente nos seus mais violentos pesadelos, de quem sabia, de quem não podia não saber, mas não acreditou. ●

lleiderfarb@expresso.impresa.pt